

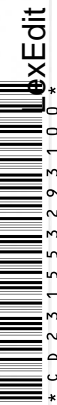


**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**  
**REQUERIMENTO Nº , DE 2023**  
(Do Sr. Filipe Barros)

Requer realização de Audiência Pública para esclarecimentos sobre o papel do governo norueguês, como detentor de ações empresariais, na condução da chamada Compliance e Relação com Investidores da empresa Norsk Hydro Brasil Ltda, mediante a legislação “Norwegian Code of Practice for Corporate Governance” de 2021, bem como participante do chamado Fundo Amazônia com aporte financeiro do Tesouro norueguês.

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no Plenário desta comissão com representantes do conglomerado da Norsk Hydro Brasil Ltda. e Hydro Aluminium Brasil Investment B.V., bem como representantes de órgãos públicos para tratar a respeito dos incentivos fiscais concedidos e processos judiciais em curso contra o referido conglomerado, as supostas práticas anti concorrenciais, acordos de mediação com empresas nacionais de construção pesada e civil, durante o período de investimentos da Noruega no Fundo Amazônia. Requer-se que sejam convidados os seguintes nomes:

- Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Representante do Ministério Público do Estado do Pará;
- Representante do Instituto Amazônia Real;
- Representante da Cainquiama;
- Representante do Instituto Getúlio Vargas;
- Jhon Gabriel Thuestad, sócio da Hydro Aluminium Investment B.V.;
- Ida Svedberg Weyer Larsen, sócio da Norsk Hydro Brasil Ltda.;
- Cícero Pedrosa, repórter.





## JUSTIFICATIVA

A Norsk Hydro Brasil Ltda. é uma empresa norueguesa que tem como principal atividade a extração do minério bauxita, principalmente no norte do Brasil.

A empresa atua no país desde a década de 1990, durante o projeto inicial da construção da planta industrial da Alunorte<sup>1</sup>, maior refinaria de alumínio do mundo, localizada em Barcarena, no Pará e já recebeu em torno de R\$ 7,5 bilhões de incentivos fiscais do governo brasileiro durante esse período<sup>2</sup>.

Cabe ressaltar que a multinacional, só no ano de 2021, teve receita de US\$ 5,2 bilhões<sup>3</sup>, mesmo durante a pandemia, e, além disso, tem o governo norueguês como sócio majoritário, com 34,4% das ações da companhia.<sup>4</sup>

Diante deste cenário, observa-se práticas predatórias da empresa tanto no âmbito socioambiental, quanto no âmbito econômico para com o contribuinte brasileiro.

No sentido socioambiental, a empresa foi a principal responsável pelo vazamento de rejeitos tóxicos da Alunorte na região de Barcarena. Os desdobramentos desse desastre foram, inclusive, acompanhados de perto por esta Casa por intermédio da Comissão Externa das Bacias de Rejeitos de Mineração em Barcarena/PA, cujo relator foi o Deputado Edmilson Rodrigues, em 2018<sup>5</sup>.

A princípio houve forte negativa por parte da multinacional ser responsável pelo vazamento. Entretanto, logo após laudo minucioso do Instituto Getúlio Vargas<sup>6</sup>, ligado ao Ministério da Saúde, que comprovou a responsabilidade da empresa, não houve outra alternativa a não ser a mesma se declarar culpada diante do incidente<sup>7</sup>.

A respeito deste desastre, membros do poder público se movimentaram insuficientemente para responsabilizar a multinacional pelo ocorrido no Pará.

O IBAMA chegou a multar a empresa em R\$ 20 milhões e embargou as instalações da Alunorte<sup>8</sup>, no Pará. Pouco tempo depois a refinaria voltou a suas

<sup>1</sup> <https://amazoniareal.com.br/hydro-e-processada-na-europa/>

<sup>2</sup> <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/09/09/juiz-intima-hydro-e-estado-do-para-a-comprovarem-contrapartida-a-r-75-bilhoes-em-incentivos-fiscais.ghtml>

<sup>3</sup> <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2022/02/22/lucro-da-norsk-hydro-sobe-55-vezes-no-4o-tri-com-alta-nos-precos-do-aluminio.ghtml>

<sup>4</sup> <https://g1.globo.com/natureza/noticia/dono-de-13-da-hydro-governo-da-noruega-diz-que-contaminacao-em-barcarena-devera-ser-tratada-entre-empresa-e-autoridades-do-brasil.ghtml>

<sup>5</sup> <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/55a-legislatura/bacias-de-rejeitos-de-mineracao-em-barcarena-pa/documentos/outros-documentos/relatorio-final-comissao-externa-de-barcarena-com-links>

<sup>6</sup> <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/laudo-confirma-vazamento-de-rejeitos-de-mineradora-em-barcarena-no-pa.ghtml>

<sup>7</sup> <https://www.istoedinheiro.com.br/a-noruega-nao-e-aqui/>

<sup>8</sup> <https://exame.com/negocios/ibama-multa-hydro-alunorte-em-r20-mi-e-embarga-instalacoes-no-pa/>





atividades com funcionamento reduzido, graças a Termo de Ajuste de Conduta (TAC) feito entre a companhia e o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

O TAC tinha por finalidade *implementar medidas emergenciais, com base nos princípios da precaução e prevenção, objetivando a avaliação e indicação de providências para mitigar os impactos e supostos riscos criados pela atividade industrial da PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA em Barcarena - PA, tendo como pressuposto a apuração dos fatos ocorridos entre os dias 16 e 25 do mês de fevereiro de 2018*<sup>9</sup>. Além disso, assegurou-se às vítimas o pagamento de auxílio no valor de R\$ 670,00 (à época) para subsistência da comunidade local.

Ressalte-se que o TAC firmado não eximia a Norsk Hydro de investigações e responsabilizações futuras pelos fatos apurados: a medida adotada pelo Ministério Público do Pará surgiu apenas para atender uma demanda emergencial.

Atualmente, cinco anos depois do desastre e das primeiras medidas adotadas pelo Poder Público, ainda não se restou resolvida a problemática em Barcarena.

Os processos que correm na Justiça Brasileira tramitam com suspeita morosidade e a multinacional, mesmo sem cumprir fidedignamente os termos da TAC<sup>10</sup>, continua extraindo em território nacional e causando inúmeros problemas de saúde à população vizinha de suas instalações.

A morosidade da Justiça Brasileira ensejou que representantes da população diretamente afetada pelos crimes ambientais cometidos pela Alunorte ingressassem com ação no Tribunal Distrital de Roterdã, na Holanda para que se julgasse o caso<sup>11</sup>. O Tribunal se declarou competente para julgar a ação e deve proferir sentença ao caso nos próximos meses.

Diante de todo esse nefasto cenário recheado de crimes ambientais cometidos pela multinacional, que tem como principal acionista o governo norueguês, o contribuinte brasileiro é surpreendido com a jocosa notícia de que a Noruega investiu R\$ 3 bilhões no Fundo Amazônia<sup>12</sup>, que tem por objetivo angariar recursos não reembolsáveis para o combate ao desmatamento e o uso sustentável da Amazônia<sup>13</sup>.

Quanto ao ponto econômico, ressalte-se que a Noruega editou legislação específica para a questão do *compliance* de suas companhias em território estrangeiro e tem se valido de seus respectivos Fundo Soberano e Tesouro para induzir uma posição

<sup>9</sup> [https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2018/tac\\_mp\\_estado\\_para\\_alunorte\\_norsk\\_hydro\\_brasil\\_05\\_set\\_2018.pdf](https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2018/tac_mp_estado_para_alunorte_norsk_hydro_brasil_05_set_2018.pdf)

<sup>10</sup> <https://amazoniareal.com.br/hydro-e-processada-na-europa/>

<sup>11</sup> <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/10/19/tribunal-decide-que-caso-contrahydro-por-vazamento-no-pa-sera-julgado-na-holanda.htm>

<sup>12</sup> <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/01/03/noruega-investe-r-3-bilhoes-no-fundo-amazonia-reativado-pelo-presidente-lula.ghtml>

<sup>13</sup> <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>





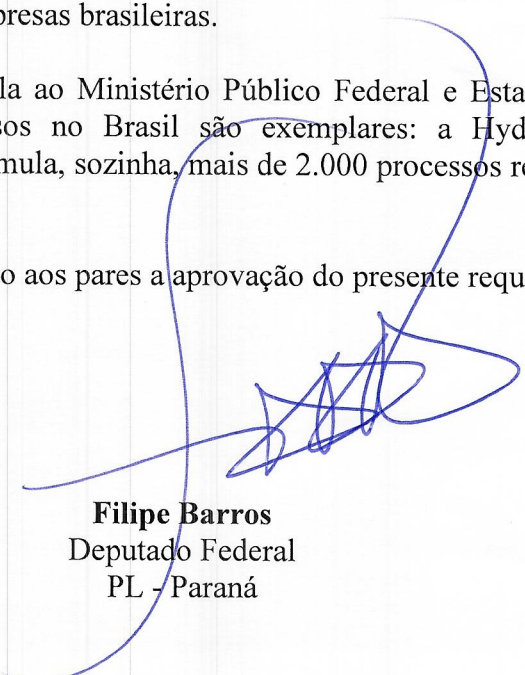
privilegiada perante as autoridades públicas brasileiras por meio de investimento feito no chamado “Fundo Amazônia”.

Além disso, a empresa Hydro (através da Norsk Hydro Brazil e o fundo de investimento holandês HYDRO ALUMINIUM BRASIL INVESTMENT B.V) tem se valido de uma estratégia de coação empresarial para várias empresas prestadoras de serviço em Barcarena.

Em desconformidade à Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, a multinacional, segundo informes recebidos, tem reiterados procedimentos de coação unilateral e rompimento contratual com empresas de Minas Gerais, Paraná, Pará, Amazonas, Maranhão e Rio de Janeiro, em várias frentes de operação industrial e construção pesada e civil. Ou seja, uma empresa multinacional que, aparentemente, tem atuado de modo prejudicial às empresas brasileiras.

Tudo isso em ação paralela ao Ministério Público Federal e Estadual no Pará desde 2018 até 2022.<sup>14</sup> Os casos no Brasil são exemplares: a Hydro Alunorte, controlada pela Norsk Hydro, acumula, sozinha, mais de 2.000 processos relacionados a crimes ambientais.

Mediante o exposto, solicito aos pares a aprovação do presente requerimento.

  
**Filipe Barros**  
Deputado Federal  
PL - Paraná

<sup>14</sup> <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/caso-hydro-pa-laudo-independente-atesta-seguranca-e-forca-tarefa-concorda-com-liberacao-de-100-da-producao> e <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/paginas-especiais/paginas-caso-hydro/historico> e <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/paginas-especiais/paginas-caso-hydro/documentos-principais> e <https://www2.mppa.mp.br/noticias/confirmada-audiencia-publica-sobre-tac-da-hydro.htm>

